

O banco que lava mais branco

Até as garrafas térmicas de cafézinho do BC sabem que nem OMO lava mais branco que o Banco Rural. Mas precisou a instituição aparecer como protagonista em três comissões parlamentares de inquérito para só então sofrer algum abalo.

A direção do Banco Rural anunciou, no começo de outubro, o fechamento de 28 agências em todo o país. O número de empregados caiu quase à metade. Seiscentos e setenta e sete dos 1.825 bancários foram demitidos. As medidas fariam parte de um pacote de redimensionamento do banco.

Não é bem assim. Os depósitos já haviam despenca-do à metade em junho. As primeiras denúncias de envolvimento no esquema de favorecimento ao Partido dos Trabalhadores e legendas da base governista minguaram o dinheiro em caixa de R\$ 4,2 bilhões para pouco mais de R\$ 2 bilhões. Os ativos em setembro representavam apenas um terço de antes do escândalo.

A suspeita de integrantes da CPI dos Correios é de que os diretores do Banco Rural estão querendo entregá-lo às feras para salvar a própria pele e gerir o que lhes resta de crédito no sistema financeiro. O grupo detém 22% de participação no Banco Mercantil de Pernambuco.

Podem ser um negócio pior do que aplicar na Bolsa de

Valores no auge da crise política. O Mercantil de Pernambuco está em processo de liquidação. Uma ação na Justiça discute se a dívida dos donos do banco é de R\$ 250 milhões – como eles gostariam que fosse – ou de R\$ 2 bilhões – como estima o diretor de Liquidação do Banco Central, Gustavo do Valle. A solução é a perder de vista.

“O Banco Rural está em processo de autodissolução”, diz a deputada federal Denise Frossard (PPS-RJ). “O Rural sempre foi um banco mutreteiro”, afirma Sérgio da Luz Belsito, ex-presidente do Sinal. “Nunca passou de um facilitador de operações ilegais, com amplo conhecimento do mercado financeiro.”

Quem dá uma passada de olhos pela página do banco na internet pode imaginar facilidades inimagináveis a clientes especiais. Ali se oferece de tudo: da flexibilidade no adiantamento do redesconto de cheques para o comércio a um plano de previdência privada – sem esquecer do compromisso com a responsabilidade social.

14

De Collor a Lula

Não é de hoje que o Banco Rural diversifica o quanto pode. Descobriu-se na CPI do PC que a transferência de dinheiro do caixa dois da campanha política que elegeu Fernando Collor de Mello para a Presidência da República, em 1989, foi feita pela Trade Link Bank. A empresa offshore foi criada por Sabino Corrêa Brandão, fundador do Banco Rural, já morto. Até aparecer como a principal remetente de dinheiro para a conta do publicitário Duda Mendonça no paraíso fiscal das Ilhas Cayman, a empresa também esteve no centro das investigações da CPI do Banestado.

Para o então tesoureiro Paulo César Farias, a Trade Link teria remetido US\$ 2,6 milhões para a Suíça via Cayman. Entre 1996 e 1998, movimentou quase US\$ 700 milhões na agência do Banco do Estado do Paraná em Nova Iorque, nos Estados Unidos. Investigações da força-tarefa do Banestado nas contas da offshore Beacon Hill, no JP Morgan Chase, de Nova Iorque, mostraram ainda que o próprio Banco Rural operava conta para créditos de suas offshores Rural Interna-

tional Bank, Ite Rural Bank e Trade Link Bank.

Nos envios de dinheiro para a conta do publicitário Duda Mendonça na offshore Dusseldorf, no paraíso fiscal das Bahamas, aparece como remetente, além da Trade Link, o Banco Rural Europa, uma nova offshore ligada ao Banco Rural. A Trade Link e o Banco Rural Europa foram responsáveis por mais de US\$ 1 milhão dos US\$ 1,6 milhão remetidos para Duda Mendonça.

Mais: o Banco Rural emprestou R\$ 21,36 milhões ao empresário Marcos Valério de Souza com garantias insuficientes. Nada disso, todavia, chegou a provocar reação mais efetiva do Banco Central. Ao perceber a ciranda financeira promovida pelo publicitário com recursos da instituição, o BC notificou o Ministério Público, mas se satisfez com as explicações de que a SMP&B era a agência que tinha a conta de publicidade do Banco Rural e que a DNA era conhecida no mercado de Belo Horizonte.

Havia um argumento ainda mais definitivo: as operações não representavam risco sistêmico. “O Banco Central só protege o sistema financeiro”, diz o deputado federal Sérgio Miranda (PDT-MG). “A sociedade e o Estado que se danem.”

